

O Projeto de Carbono Florestal Suruí

UM ESTUDO DE CASO

Steve Zwick

Março de 2019

Com apoio de



SOBRE A FOREST TRENDS

A Forest Trends trabalha para conservar florestas e outros ecossistemas por meio da criação e ampla adoção de uma ampla gama de financiamento ambiental, mercados e outros mecanismos de pagamento e incentivos. A Forest Trends faz isso 1) fornecendo informações transparentes sobre valores, finanças e mercados ligados aos ecossistemas por meio da aquisição, análise e disseminação de conhecimento; 2) reunindo diversas coalizões, parceiros e comunidades de prática para promover valores ambientais e avançar no desenvolvimento de novos mercados e mecanismos de pagamento; e 3) demonstrando ferramentas, padrões e modelos bem-sucedidos de financiamento inovador para a conservação.

Forest Trends
Rua 19, 1203, NW
4º Andar
Washington, DC 20036
www.forest-trends.org

AGRADECIMENTOS

O autor agradece a Beto Borges da Iniciativa de Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends, Vasco van Roosmalen da Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), Mariano Cenamo e Pedro Soares do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) e Jacob Olander da EcoDecisión por suas contribuições para este estudo de caso.

Este estudo de caso foi possível graças ao generoso apoio do povo americano por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Os conteúdos são de responsabilidade da Forest Trends e não refletem necessariamente as opiniões da USAID ou do governo dos Estados Unidos.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas contribuíram menos para a mudança climática do que qualquer outro segmento da população, mas estão entre os mais vulneráveis aos seus impactos¹. Ao mesmo tempo, a agricultura e a silvicultura geram cerca de 30% de todas as emissões de gases de efeito estufa, enquanto as práticas tradicionais de manejo da terra, como agrossilvicultura e permacultura, podem melhorar drasticamente a capacidade das florestas, fazendas e campos de absorver emissões². Isso gerou a criação de uma variedade de mecanismos destinados a apoiar a gestão de terras indígenas. REDD+ é um desses mecanismos.

REDD+ significa “Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, além de conservação, manejo sustentável de florestas e aumento dos estoques de carbono florestal”³. Em sentido mais restrito, refere-se a um conjunto específico de mecanismos criados no âmbito da Estrutura das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e consagrados no Acordo Climático de Paris de 2015.

O termo também se aplica genericamente a iniciativas voluntárias desenvolvidas fora da UNFCCC para apoiar o manejo sustentável e a conservação da terra em países em desenvolvimento. Esses projetos geralmente funcionam ajudando comunidades indígenas ou outras comunidades rurais a implementar estratégias sustentáveis de uso da terra que melhoram seus meios de subsistência e reduzem as emissões de gases de efeito estufa. Nesses casos, os projetos são auto financiados utilizando-se dos padrões de carbono reconhecidos para documentar o impacto líquido nas emissões de gases de efeito estufa e gerar compensações de carbono certificadas que podem ser vendidas a emissores interessados em reduzir suas pegadas de carbono. O Projeto de Carbono Florestal Suruí é um exemplo dessa iniciativa voluntária.

O projeto foi lançado em 2009 pelo povo indígena Paiter-Suruí da Amazônia brasileira, com apoio técnico da [Iniciativa de Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends](#) e outros parceiros. Os desenvolvedores do projeto buscaram utilizar o financiamento de carbono para apoiar o manejo sustentável da terra no território natal dos Paiter-Suruí, a Terra Indígena Sete de Setembro (TISS). Eles esperavam, em última análise, que o projeto pudesse “se aninhar” dentro de programas maiores que evoluiriam sob a UNFCCC, o que significa que seus resultados seriam incluídos na contabilidade de carbono do Brasil.

O Projeto de Carbono Florestal Suruí foi o primeiro projeto de conservação liderado por indígenas financiado por meio da venda de compensações de carbono⁴. Reduziu drasticamente o desmatamento no território durante seus primeiros cinco anos de operação (2009-2014), mas foi suspenso em 2018 depois que a descoberta de grandes jazidas de ouro no território provocou um aumento no desmatamento.

Antes de ser suspenso, o projeto gerou 299.895 compensações de carbono certificadas pelo *Verified Carbon Standard* (VCS), com cada compensação representando o equivalente a uma tonelada métrica de dióxido de carbono mantida fora da atmosfera. Isso equivale a remover 64.000 carros das ruas por um ano⁵. O projeto também se tornou o primeiro projeto com certificação VCS a receber a certificação Ouro da *Climate, Community & Biodiversity Alliance* (CCB), que avalia benefícios sociais e ambientais além do carbono. Os Paiter-Suruí usaram os recursos das vendas compensadas para financiar seis iniciativas de desenvolvimento comunitário sustentável que geram renda e apoiam práticas tradicionais, como a colheita de plantas medicinais, a criação de artesanato e outras atividades que permitem aos povos indígenas viver da terra mantendo a floresta.

Neste estudo de caso, oferecemos primeiro uma breve história do povo Paiter-Suruí, que prepara o terreno para uma história do próprio projeto. Em seguida, fornecemos uma análise dos desafios que o projeto enfrenta até hoje e as implicações para a implementação de REDD+ em outros contextos.

O Acordo de Paris e as Soluções Climáticas Naturais

O Acordo de Paris visa evitar que as temperaturas médias globais subam mais de 2 graus Celsius (3,6 graus Fahrenheit) acima dos níveis pré-industriais, com uma meta preferencial de 1,5 graus Celsius (2,7 graus Fahrenheit).⁶

O consenso entre os cientistas que participam do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) é que devemos melhorar drasticamente o gerenciamento global de sumidouros naturais de carbono, como florestas, fazendas e campos, se quisermos atingir a meta mais ambiciosa de 1,5 grau⁷. Pesquisa publicada nos Anais da Academia Nacional de Ciências em 2017 mostra que uma melhor administração da terra pode fornecer, de maneira custo-eficiente, 37% da mitigação necessária para atingir a meta de 2 graus.⁸

O REDD+ está consagrado no Artigo 5 do Acordo de Paris, que determina que as partes "tomem medidas para conservar e melhorar, conforme apropriado, sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa... incluindo florestas."⁹ Também incentiva o uso de "pagamentos baseados em resultados" entre os países para acelerar a ação no terreno.

Embora muitas vezes percebido como um novo mecanismo, o REDD+ evoluiu ao longo de mais de 60 anos de experimentação,¹⁰ tanto dentro de agências como o Banco Mundial quanto em mercados voluntários de carbono. O Projeto de Carbono Florestal Suruí (PCFS) é uma parte fundamental dessa evolução. Foi criado em mercados voluntários, fora do processo da UNFCCC, mas com o objetivo de informar o processo da UNFCCC e, em última análise, aninhar-se em um esforço mais amplo para reverter o desmatamento.

6, 7, 8, 9, 10

Os Paiter-Suruí: Um Breve Contexto

Até a década de 1970, os Paiter-Suruí se autodenominavam "Paiter", ou "gente de verdade", enquanto seus rivais orientais se referiam a eles como "Huruí", ou "o inimigo".¹¹ A década de 1960, no entanto, trouxe ondas de colonos não indígenas, que foram atraídos para a "vazia" Amazônia ocidental com promessas de riqueza e prosperidade. Os colonos – a quem os indígenas chamam de "invasores" – vieram com armas e facões, mas encontraram indígenas dispostos a defender seus territórios com arco e flecha.

Na carnificina que se seguiu, surgiram agentes da recém-formada agência governamental, a Fundação Nacional do Índio (Funai), que foram encarregados de primeiro ganhar a confiança de vários povos indígenas e depois negociar a paz. O nome "Suruí" surgiu nessa época, e é provável que os agentes da Funai simplesmente tenham entendido mal o termo "Huruí".

Seja qual for a sua origem, o termo "Suruí" tornou-se o nome aplicado às pessoas que por muito tempo se autodenominaram "Paiter", e as pessoas inicialmente adotaram o termo também. Na última década, no entanto, eles começaram a ressuscitar o termo "Paiter" e a promover o termo "Paiter-Suruí" fora do território. Por esse motivo, usaremos seu termo preferido, "Paiter", neste estudo de caso.

CONTATO ANTES DO PRIMEIRO CONTATO

Embora 1969 tenha marcado seu primeiro contato oficial com as autoridades brasileiras, as histórias dos Paiter descrevem contato – e conflito – com os europeus que remontam a séculos. Essas histórias têm um impacto profundo sobre como os Paiter e outros povos indígenas interagem com os forasteiros.

Em histórias contadas pelos mais velhos, os Paiter já foram formados por 13 clãs, ao contrário dos quatro atuais, e viviam em uma terra de lagos e rios que lembra muito o Pantanal, cerca de mil quilômetros a sudeste da TISS.¹² Em algum momento no passado distante, no entanto, invasores europeus chegaram à pátria original dos Paiter em busca de ouro. Isso levou a uma série de conflitos que culminaram com uma cúpula de paz à qual dez dos clãs compareceram.

No que veio a ser chamado de “A Grande Traição”, todos os participantes foram envenenados a ponto de ficarem incapacitados, depois torturados e massacrados, deixando apenas três clãs restantes. No século seguinte, esses clãs se aprofundaram cada vez mais na Amazônia, onde desenvolveram as práticas agroflorestais que lhes permitiram viver de forma sustentável dentro da floresta.

As histórias contam décadas de batalha constante enquanto os Paiter migravam de um território hostil para outro, tornando-se, essencialmente, eles próprios invasores, antes de finalmente se estabelecerem na área que ocupavam antes do Primeiro Contato. Em algum momento, eles começaram a reabastecer seus números sequestrando e “casando” mulheres de um povo de cabelos cacheados com quem frequentemente se envolviam em disputas territoriais. Esse era o povo hoje conhecido como Cinta Larga, e os descendentes se tornaram os Kaban, ou “frutos da floresta”, um dos quatro clãs que hoje compõem os Paiter. Muitos Kaban se distinguem por seus cabelos cacheados.

Embora bem estabelecidos em sua nova pátria no final de 1800, os Paiter continuaram a ter contato ocasional com pessoas de ascendência europeia. Muitas delas foram conflitos com seringueiros, mas os Paiter também tiveram encontros pacíficos com agrimensores que construíram a linha telegráfica Cuiabá-Santo Antônio entre 1907 e 1915.¹³ Curiosamente, a construção da linha telegráfica foi supervisionada por Cândido Rondon, que mais tarde fundou a organização que se tornou a Funai e que deu nome ao estado de Rondônia.

Na década de 1960, o governo iniciou a construção da BR-364, uma estrada de lama de 1.500 quilômetros escavada na floresta ao longo do caminho da linha telegráfica. Parcialmente financiada pelo Banco Mundial, a BR-364 ligava Cuiabá, no Sul, a Porto Velho, no Norte, abrindo o interior da Amazônia aos colonos e dando início aos violentos confrontos que culminaram com o Primeiro Contato oficial em 1969.

PRIMEIRO CONTATO

Com o aumento das tensões entre os Paiter e os invasores, os agentes da Funai abriram uma “frente de contato” para estabelecer um diálogo com os Paiter. Isso envolvia deixar clandestinamente facões, panelas e outras ferramentas como presentes para os guerreiros Paiter, que por sua vez começaram a deixar arcos, flechas e cerâmicas. Por fim, o chefe geral dos Paiter, Jiki-Boba, ordenou a seus homens que engajassem formalmente a equipe da Funai, na crença equivocada de que eles estavam interessados em formar uma aliança contra os colonos.¹⁴

Este compromisso formal ocorreu em 7 de setembro de 1969, 147º aniversário da independência do Brasil de Portugal. Os Paiter perderam assim sua independência no Dia da Independência do Brasil, e quando a Terra Indígena Sete de Setembro foi oficialmente demarcada, mais de uma década depois, recebeu o nome dessa data.

APÓS O PRIMEIRO CONTATO: A MORTE E O PACTO DA MADEIRA

Nos anos após o Primeiro Contato, os Paiter sofreram de varíola, sarampo e doenças respiratórias contra as quais não tinham imunidade, e sua população caiu de 5.000 em 1969 para 290 em 1973.¹⁵ Além de perder sua gente, os Paiter pareciam perder o ânimo, pois as medicinas tradicionais, tão arraigadas na cultura, falhavam em protegê-las, enquanto as novas medicinas trazidas pelos invasores o faziam. Isso abriu a porta para os missionários, que converteram muitos dos Paiter para o Cristianismo, enquanto toda uma geração de chefes adoeceu e estruturas de governo de longa data deixaram de existir.

Durante esse período, um jovem cacique Kaban, chamado Itabira, fez amizade com um agente da Funai chamado Apoena Meireles, que ajudou Itabira e outros jovens caciques a navegar o sistema brasileiro. Isso possibilitou que os Paiter ganhassem a demarcação de uma pequena porção de suas terras em 1983 – muito antes da maioria dos outros povos indígenas – mas teve um preço.

Para garantir seus direitos, as jovens lideranças Paiter exigiam viagens frequentes à capital Brasília. Financiavam essas viagens permitindo que madeireiros extraíssem o lucrativo mogno que crescia em seu território. Mesmo após a demarcação, os Paiter continuaram dependendo da extração informal de madeira – a princípio para sustentar as viagens, mas aos poucos como meio de subsistência. Os chefes das aldeias começaram a negociar unilateralmente com os madeireiros, corroendo ainda mais o que restava das antigas estruturas de governança comunal.¹⁶

ATORES EXTERNOS, POLÍTICA INTERNA

Nas décadas de 1980 e 1990, duas grandes iniciativas de desenvolvimento rural trouxeram novos atores para o território.

A primeira veio em 1981, quando o Banco Mundial lançou o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil, de US\$ 1,5 bilhão (Polonoroeste), que incluiu financiamento condicional para pavimentação da BR-364. Entre as condições estava que o governo federal demarcasse as terras indígenas e que os estados implementassem reformas ambientais. Infelizmente, tanto as agências federais quanto as estaduais falharam e o Banco Mundial suspendeu os pagamentos em meio à pressão de ONGs ambientais.¹⁷

Isso levou à segunda iniciativa de desenvolvimento, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro), que surgiu na euforia em torno da Cúpula da Terra de 1992 e tentou corrigir os erros do Polonoroeste.¹⁸ Com esse objetivo, a Planafloro incorporou dezenas de organizações locais, bem como organizações não governamentais (ONGs) globais, como o Fundo de Defesa Ambiental (Fundema) e o *World Wide Fund for Nature* (WWF), em sua estrutura de governo.

As ONGs locais participantes do Planafloro também formaram uma aliança chamada **Fórum de ONGs e Movimentos Sociais de Rondônia**, que processou com sucesso a poderosa agência governamental **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**, sobre sua prática de titulação de áreas designadas como reservas extrativistas e unidades de conservação.

Os Paiter criaram uma organização chamada **Metareilá** para representar os interesses do povo fora do território, e um **Fórum dos Clãs** para atuar como órgão deliberativo dentro do território. Este acabou por ser substituído pelo **Parlamento Suruí**. O Fórum era composto por 18 chefes: quatro representando os clãs e 14 representando as aldeias individuais.

Três caciques têm destaque na criação do Projeto de Carbono Florestal Suruí.

Itabira Suruí é o mais velho dos três. Membro do clã Kaban, ele foi um dos primeiros defensores da exploração madeireira limitada, mas acabaria se voltando contra a prática ao ver seu impacto ambiental.

Henrique Suruí, membro do clã Gameb, é mais jovem que Itabira e se destacou como um negociador resistente e disposto a usar a força contra interesses madeireiros que tentavam explorar os Paiter. A certa altura, Henrique e Itabira conseguiram persuadir os madeireiros a fazer negócios por meio do Metareilá, em vez de diretamente com os chefes individuais. Isso garantiu preços mais justos e, ao mesmo tempo, compartilhamento de renda.

Finalmente, **Almir Suruí**, também do clã Gameb, desde cedo se opôs à extração de madeira e, em 1988, tornou-se o primeiro de seu povo a frequentar a universidade. No início dos anos 1990, passou a representar os Paiter em uma federação indígena chamada Coordenação das Nações dos Povos Indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas e Norte do Mato Grosso (**CUNPIR**). Ele acabaria se tornando o proponente do projeto de carbono florestal.

A CUNPIR foi apoiada por uma organização católica chamada Conselho Missionário Indigenista (**CIMI**), que já havia desempenhado um papel fundamental em ajudar os povos indígenas a conquistar a demarcação de suas terras. Quando Almir ingressou na CUNPIR, no entanto, o CIMI havia adotado formalmente uma política de oposição ao envolvimento indígena com a economia de mercado mais ampla,¹⁹ e muitas vezes trabalhou através de organizações indígenas como CUNPIR para executar esta política. À medida que Almir se envolveu cada vez mais com o Planaflo e o Banco Mundial, ele se viu frequentemente em desacordo com o CIMI.

INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E O PLANO DE CINQUENTA ANOS

Em 2005, mais de 10% do território dos Paiter havia sido derrubado, e vários chefes de clãs começaram a explorar o potencial para outras atividades extrativistas – principalmente a mineração de diamantes e ouro. Na época, a liderança dos Paiter concluiu que tanto a exploração madeireira quanto a mineração eram economicamente inviáveis e ambientalmente destrutivas.

Almir, por sua vez, ficou sabendo dos “Planos de Vida” que estavam sendo desenvolvidos por outros povos indígenas em toda a Amazônia. Os Planos de Vida são tão diversos e variados quanto os próprios povos da Amazônia, mas quase todos se concentram em formas de desenvolver uma economia indígena sustentável, revivendo tradições já perdidas em ou em processo de esquecimento. Muitas dessas tradições estão relacionadas a práticas agrícolas que evoluíram ao longo de milhares de anos e se mostraram mais resistentes (mas menos eficientes) do que os métodos agrícolas modernos que foram introduzidos na Amazônia no século passado.

Trabalhando com duas ONGs, a Equipe de Conservação da Amazônia (**ECAM**) e a Associação de Defesa Etnoambiental (**Kanindé**), Almir criou um plano ambicioso para desenvolver um Plano de Vida Paiter que incorporou o Fórum dos Clãs (e, posteriormente, o Parlamento Suruí). A ECAM (chamado ACT Brasil na época²⁰) garantiu uma doação de \$ 250.000 da Fundação Annenberg para iniciar o trabalho de mapeamento de recursos, áreas de caça tradicionais e áreas de importância cultural em todo o território. Estes foram os primeiros passos essenciais no desenvolvimento de um Plano de Vida de baixo para cima.²¹

A doação da Fundação Annenberg daria renda aos membros Paiter que participassem do processo de cartografia, e Almir viu isso como uma oportunidade de afastar a comunidade da extração de madeira como fonte de renda. Ele apresentou a ideia ao Fórum dos Clãs no final de 2004, e 14 dos 18 chefes endossaram uma moratória na extração de madeira que duraria todo o processo de mapeamento. A extração de madeira parou rapidamente, levando alguns dos madeireiros a reunir seus recursos e colocar uma recompensa pela cabeça de Almir.

Tais ameaças não foram tomadas de ânimo leve. Os madeireiros já haviam assassinado um importante chefe Paiter chamado Jamne, e Apoena Meireles havia sido assassinado em 2004. A ativista dos direitos indígenas Dorothy Stang, que era uma freira católica, foi assassinada por fazendeiros em fevereiro de 2005.

A fim de garantir o financiamento para o desenvolvimento do Plano de Vida e manter Almir fora de perigo, a ECAM começou a enviá-lo em viagens de arrecadação de fundos ao exterior.

O Projeto de Carbono Florestal Suruí

Enquanto estava em San Francisco para uma dessas viagens de arrecadação de fundos, Almir abordou Beto Borges da **Forest Trends**, inicialmente com o objetivo de conseguir uma bolsa. Em vez disso, Borges sugeriu o uso de financiamento de carbono para garantir financiamento de longo prazo para reflorestamento, com os recursos utilizados para subsidiar outras práticas sustentáveis de manejo da terra, como a piscicultura e a colheita de produtos florestais não madeireiros.

A Forest Trends contratou o escritório de advocacia Trench, Rossi e Watanabe (afiliada brasileira da Baker McKenzie) para determinar se os povos indígenas poderiam, sob a lei brasileira, obter renda com o sequestro de carbono. A empresa concluiu que os indígenas têm direitos de propriedade para o sequestro de carbono em seus territórios, bem como o direito à renda deles. Jacob Olander, da Forest Trends, solicitou ao Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (**Idesam**) para ajudar a Metareilá e Kanindé a realizar um estudo de viabilidade para um projeto de compensação de carbono.

O Idesam inicialmente explorou a possibilidade de se obter renda gerando compensações para o plantio de árvores (florestamento/reflorestamento) sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, mas concluiu que o processo era muito complicado e os pagamentos viriam muito depois para serem de algum valor.

Os consultores também sugeriram, no entanto, que as ameaças à floresta existente eram tão claras e presentes que os Paiter possivelmente poderiam gerar compensações de “desmatamento evitado” (o termo em voga antes de “REDD+”). Mas havia um problema: o desmatamento evitado não era reconhecido pelo MDL, então os Paiter teriam que pilotar metodologias não testadas no mercado voluntário de carbono.

Para desenvolver uma nova metodologia voluntária de compensação de carbono que seja reconhecida pelos compradores como legítima, os proponentes do projeto devem criar um sistema para definir rigorosamente os fatores do desmatamento. A metodologia também deve delinear como o projeto interromperá a perda florestal e como os desenvolvedores do projeto fornecerão evidências de seus resultados. A metodologia dos Paiter teve que ser revisada por

um painel de especialistas operando sob uma organização confiável de padrões de carbono. Se o painel desse sua aprovação, a metodologia poderia ser utilizada por outros projetos em toda a Amazônia.

Os desenvolvedores do projeto decidiram desenvolver uma metodologia sob o VCS emergente, que se concentra quase exclusivamente nos estoques de carbono.²² O projeto buscava a certificação simultânea de acordo com os Padrões CCB, que se concentra nos impactos sociais e ambientais mais amplos além do carbono.

A essa altura, várias ONGs, incluindo a Forest Trends, ECAM, Metareilá, Kanindé, Idesam e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) estavam a bordo. O projeto também teve o apoio de vários financiadores: a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (NORAD), a Fundação Gordon e Betty Moore, a Fundação David e Lucile Packard, a Fundação Overbrook, o Fundo Blue Moon, o Mecanismo de Subsídios para o Desenvolvimento do Banco Mundial, o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), a Fundação Citi e o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido.

CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

Apesar de sua diversidade, todas as comunidades indígenas conhecidas na Amazônia praticam alguma forma do princípio de "*Buen Vivir*" ou "*Sumaj Kausay*", traduzido como o "Bem Viver", para a governança de seus recursos naturais, com base na tomada de decisões comunitárias. O objetivo central é o uso dos recursos da comunidade de uma forma que reflita os valores culturais e a autodeterminação. De acordo com este princípio, os parceiros do projeto redigiram e assinaram um Memorando de Entendimento para pilotar um projeto de carbono florestal. Os clãs Paiter designaram a Metareilá como líder, junto a outras organizações desempenhando papéis de apoio.

Os sócios elaboraram um plano para a execução do projeto e para a retenção de toda a renda em um fundo fiduciário segregado, mantido pelo Funbio em nome do povo Paiter, exercido por meio da Metareilá.

Almir apresentou a proposta ao Fórum dos Clãs, que foi aprovada por ampla maioria. Henrique Suruí, o principal defensor do aumento da exploração madeireira no território, estava ausente, em um período sabático prolongado devido a problemas de saúde.

Em junho de 2009, todos os caciques em exercício assinaram um acordo de cooperação, iniciando um amplo processo de educação e engajamento para garantir o Consentimento Livre Prévio e Informado (CLPI) de todo o povo Paiter. Isso envolveu visitas a todas as 26 aldeias. Em 14 aldeias, ECAM, Kanindé e Metareilá realizaram uma série de 10 seminários educativos, com a disponibilização de ônibus para levar pessoas de aldeias isoladas aos encontros.²³

Ao mesmo tempo, os parceiros do projeto convidaram as autoridades estaduais e federais, incluindo a Funai, para aderir ao processo. A ideia era garantir que o projeto estivesse sendo desenvolvido de acordo com as políticas e objetivos do governo brasileiro.

DESENVOLVENDO UMA LINHA DE BASE

Para gerar compensações, os desenvolvedores do projeto primeiro teriam que criar um cenário de desmatamento "*business as usual*" (em tradução livre: negócios como sempre) mostrando o que aconteceria com a floresta sob as condições preexistentes e, em seguida, criar um plano para

combater o desmatamento esperado. Por fim, eles precisavam mostrar que a receita das compensações era necessária para executar o plano. Na linguagem do carbono, esse critério final é chamado de “adicionalidade”.

O Idesam e a Forest Trends começaram a mapear as causas do desmatamento utilizando um modelo de simulação chamado SimAmazonia, que usa fatores como taxas atuais de desmatamento, investimentos planejados em pavimentação de estradas e expansão agrícola.²⁴ Eles descobriram que o SimAmazonia não poderia explicar certas pressões de desmatamento que são comuns em territórios indígenas, como extração ilegal de madeira e agricultura não regulamentada. Trabalhando com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e a AgroParisTech da França, o Idesam desenvolveu um modelo chamado SimSuruí que foi customizado para a TISS e também é aplicável a outros territórios indígenas.²⁵

Os modelos de simulação geram uma gama de cenários potenciais. Os desenvolvedores do projeto podem ficar tentados a escolher um cenário de alto desmatamento para seu projeto, já que isso gera um número maior de compensações que podem ser vendidas. Os desenvolvedores do Projeto de Carbono Florestal Suruí, no entanto, adotaram uma avaliação de desmatamento de linha de base muito conservadora, conhecida como “nível de referência”, em grande parte devido à preocupação de que a integridade ambiental desse projeto de alto perfil pudesse ser posta em dúvida. Em retrospectiva, o nível de referência era excessivamente conservador.

Embora a TISS cubra 248.147 hectares, eles definiram que apenas 13.575 hectares seriam desmatados nos próximos 30 anos – um valor que se traduz em 7,8 milhões de toneladas de dióxido de carbono. Se os Paiter, no entanto, salvassem aquela floresta, eles poderiam esperar o ganho de créditos referentes a cerca de cinco milhões de toneladas de carbono, depois de contabilizada a incerteza. No curto prazo, esperava-se que o projeto entregasse pelo menos 300.000 compensações até 2012 e mais de dois milhões até 2020.

Em junho de 2012, os auditores do VCS “validaram” o projeto, o que significa que assinaram seu desenho e reconheceram a linha de base. A TISS abrange dois estados, Rondônia e Mato Grosso, e ambos endossaram e aprovaram o projeto. No nível federal, a Funai e a Procuradoria Geral da República (PGR) endossaram e aprovaram formalmente o projeto. Embora o Ministério do Meio Ambiente (MMA) estivesse encorajando nos bastidores, se recusou a endossar ou criticar o projeto, dizendo que não tinha jurisdição para fazê-lo.

Para obter a certificação CCB, o projeto teve que ir além dos procedimentos padrão do CLPI e garantir que todos os quatro clãs Paiter (os Gãbgir, os Kaban, os Makor e os Gameb) estivessem envolvidos no projeto e fossem capazes de definir os termos de suas próprias contribuições para evitar o desmatamento. Todos os clãs participaram do treinamento agroflorestal. Mas os Gãbgir obtiveram aprovação para liderar uma iniciativa de comunicação e arquivamento online, enquanto os Makor lideraram um esforço para restaurar o conhecimento perdido sobre plantas medicinais. Outros se dedicaram à piscicultura, ao café orgânico e à comercialização de vários produtos florestais não madeireiros.

VERIFICAÇÃO E VENDA DE CRÉDITOS

O próximo passo foi a fase de “verificação”, onde auditores do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e da *Rainforest Alliance* verificaram que os Paiter estavam, de fato, executando o plano conforme validado. Aqui o projeto encontrou seu primeiro desafio.

Para subsidiar o processo, o Idesam começou a analisar imagens de satélite e constatou que um

incêndio ocorrido em 2010 no território destruiu mais mata do que os Paiter imaginavam. À medida que o processo de verificação continuou, o número de compensações foi ajustado para baixo. A primeira parcela de compensações foi verificada em junho de 2013.

A venda de compensações provou ser outro desafio – principalmente porque o mundo não conseguiu chegar a um acordo global vinculante sob a UNFCCC, o que significa que havia pouca demanda por compensações. Felizmente, a natureza carismática do projeto possibilitou a venda de compensações a preços acima do mercado e condições atraentes com compradores de alto nível, incluindo a gigante brasileira de cosméticos Natura Cosméticos e a Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil.^{26,27}

No total, o projeto gerou 299.895 compensações de carbono. O Paiter vendeu 251.530 e colocou os 48.366 restantes no *buffer pool* (depósito de garantia, em tradução livre) do VCS.

A receita da venda foi para o Fundo Suruí, um fundo fiduciário mantido pelo Funbio. O dinheiro era mantido em uma conta segregada e usado para pagar o monitoramento e proteção da floresta, bem como a miríade de projetos escolhidos pelos clãs descritos acima. Parte foi usada para fornecer treinamento gerencial e capacitação para a Metareilá.

RETROCESSO E DESAFIOS

Embora o governo Paiter tenha endossado uma moratória madeireira para apoiar o projeto de compensação de carbono, ela foi quebrada quando Henrique Suruí voltou do ano sabático em 2011 e retomou suas operações madeireiras, principalmente ao longo de uma entrada de extração conhecida como Linha 14.²⁸

As patrulhas Paiter que operam em nome da Metareilá descobriram a operação logo após seu início. Eles rastrearam os caminhões madeireiros até as usinas próximas e identificaram o pequeno grupo de Paiter, incluindo Henrique, que estava colaborando com os madeireiros. Sem autoridade própria para fazer cumprir a lei, Almir apresentou as provas às autoridades locais, que se recusaram a agir.²⁹

O Parlamento Paiter-Suruí então chamou formalmente Henrique para prestar contas em 2012. Quando ele se recusou a cooperar, apelaram para a presidente Dilma Rousseff e para Marta Azevedo, então presidente da Funai. Esses apelos também foram ignorados e a extração continuou ao longo da Linha 14.

A facção pró-madeireira também teve um tremendo apoio do CIMI. Por sua própria admissão, o CIMI procurou minar o projeto porque acreditava que as compensações de carbono e a economia verde distorceu a relação que os indígenas têm com a terra³⁰ – apesar da ironia de que o apoio à extração de madeira exacerbou a distorção da riqueza entre os Paiter, enquanto a facção conservacionista à qual o CIMI se opunha tentava compartilhar os recursos de forma equitativa.

Enquanto isso, alguns dos caciques reclamavam que o Funbio demorava a desembolsar os pagamentos do Fundo Suruí e que muita autoridade estava concentrada em Metareilá.³¹ Almir admitiu que os pagamentos estavam lentos, o que atribuiu à falta de documentação fornecida pelo clã em busca de fundos. Ainda assim, ele concordou em tornar o processo contábil mais transparente. Henrique, porém, acusou Almir de desvio de recursos – acusação que se mostrou infundada, mas que fez com que alguns dos chefes da facção madeireira desistissem do projeto.

Em 2014, o CIMI financiou uma viagem de Henrique e outros Paiter a Brasília, onde eles protestaram contra o projeto com uma mistura de crítica legítima e invenção completa. Em entrevista ao jornal Porantim do CIMI, por exemplo, Henrique afirmou que o projeto criou a cisma da comunidade que,

de fato, existia desde os primórdios da exploração madeireira.³² Ele também disse que o projeto obrigou os Paiter a abandonar seu modo de vida tradicional. Na realidade, a única atividade proibida era a extração industrial de madeira. Ele também apontou para o desembolso lento dos fundos do projeto para reafirmar suas acusações de roubo.

Metareilá respondeu com uma refutação mordaz ponto a ponto que foi endossada por sete das nove associações comunitárias Paiter. A carta criticou Henrique e o CIMI nominalmente, e de atipicamente contundente.

“Sabemos que o CIMI tem profunda divergência ideológica em relação aos projetos de compensação ambiental, e podemos acompanhar o debate sobre o assunto, e até participar dele”, escreveram. “No entanto, esperávamos que os membros dessa entidade soubessem a diferença entre debater uma questão ambiental e fazer uma campanha de difamação direta contra o nome e a reputação de todo um povo indígena.”

A carta também reiterou a promessa de Almir de introduzir uma contabilidade mais transparente. Um processo contábil reformulado foi iniciado em fevereiro de 2015.³³

Em março daquele ano, uma coalizão de 600 ONGs brasileiras também criticou a atuação do CIMI e sua cobertura da disputa do jornal Porantim.³⁴

OURO E DIAMANTES

Sem o conhecimento de outros membros dos Paiter, a facção madeireira continuou a explorar a possibilidade de mineração de ouro e diamantes. Frequentemente, trabalhavam com forasteiros que haviam entrado ilegalmente no território. Em fevereiro de 2015, a Metareilá documentou e relatou vários casos de garimpo, que envolve a escavação de grandes quantidades de solo, a utilização de mercúrio para extração de qualquer ouro presente e depois a queima do resíduo, atividade devastadora ambientalmente.

Desta vez, as autoridades responderam, primeiro com uma missão de vigilância da Funai, e depois com uma batida em uma exploração madeireira ilegal fora do território. Mas a essa altura as operações de mineração estavam muito difundidas para serem controladas. Em algum momento indeterminado de 2016, diamantes também foram descobertos e as autoridades de Paiter alertaram novamente a polícia federal, que por sua vez invadiu as minas e documentou extensos danos ambientais.³⁵

De acordo com o jornal *The Guardian*, a polícia colocou a culpa pelas atividades diretamente nos ombros de Henrique Suruí e da facção madeireira.³⁶

O desmatamento acelerou em 2016 e 2017, quando os membros Paiter que conspiraram com garimpeiros usaram a renda resultante para comprar gado e desmatar a floresta para pastagens dentro da TISS. A perda da floresta obrigou os Paiter a suspender o projeto de carbono, pois não podiam mais garantir os resultados previstos no plano do projeto. Os novos empreendimentos de mineração e agricultura também criaram enormes discrepâncias de renda na comunidade.

Em setembro de 2018, após extensa deliberação, os parceiros do projeto suspenderam formalmente o projeto de compensação, concluindo que seria impossível prosseguir.³⁷

Conclusões e Lições Aprendidas

O Projeto de Carbono Florestal Suruí reduziu drasticamente o desmatamento dentro da TISS durante os primeiros cinco anos de sua operação. Também financiou seis iniciativas de desenvolvimento comunitário autossuficiente que continuam gerando renda até hoje. Alcançou esses sucessos apesar da falta de demanda por compensações de carbono, bem como da falta de aplicação da lei e da presença de empresas criminosas e ideólogos com a intenção de minar o projeto semeando conflitos entre as pessoas.

No final, porém, o projeto sucumbiu – por enquanto, pelo menos – à tragédia dos comuns que o REDD+ foi criado para amenizar. Embora o projeto tenha exigido e recebido apoio quase unânime do povo Paiter, foi prejudicado por um pequeno contingente de madeireiros, garimpeiros, missionários e coniventes em busca de seus próprios interesses individuais.

Várias lições podem ser extraídas para projetos semelhantes, as quais incluem:

A importância do aninhamento dentro de uma abordagem nacional ou jurisdicional

O projeto sempre foi concebido para, em última instância, “se aninhar” dentro de uma abordagem nacional ou jurisdicional, o que significa que seus resultados seriam incorporados a um programa estadual de conservação florestal alinhado com programas de contabilidade que seriam desenvolvidos sob a UNFCCC em algum momento no futuro. Tal abordagem teria vinculado o sucesso do projeto ao sucesso das iniciativas estaduais e pode ter criado um incentivo para o governo estadual fornecer mais apoio, presumindo pagamentos internacionais adequados pelo desempenho. Mesmo sem aninhamento, no entanto, o projeto produziu benefícios sociais e ambientais tangíveis e mostrou que projetos independentes podem agregar valor se o vazamento for devidamente contabilizado. (Vazamento é o termo para o desmatamento que simplesmente se desloca para outras áreas.)

A necessidade de linhas de base e metodologias adaptáveis

Em última análise, foi a descoberta de minerais de alto valor e a subsequente aceleração dramática nas pressões de desmatamento que provaram ser a ruína do projeto. Iniciativas futuras devem encontrar maneiras de incorporar circunstâncias imprevistas em uma linha de base do projeto, de modo que o impacto da ação humana para apoiar a conservação ainda seja recompensado e incentivado.

A Necessidade de Procedimentos de Resolução Formalizados

O projeto nunca implementou uma câmara de resolução formal, o que gerou atritos não resolvidos entre Metareilá e alguns participantes quando Almir procurou impor métricas de desempenho. É claro que o projeto teria se beneficiado muito de um aparato de resolução mais transparente e formalizado supervisionado pelos anciãos.

A Necessidade de Mais Cooperação Governamental

Os Paiter reclamavam repetidamente das incursões em suas terras. Embora as autoridades tenham respondido em seis ocasiões, a aplicação geral da lei se mostrou inadequada para impedir a mineração e a agricultura ilegais. Os mercados ambientais são frequentemente apresentados como uma alternativa às regulamentações de comando e controle que protegem

os recursos naturais. Mas os mercados dependem, em última análise, de instituições fortes e de aplicação efetiva da lei.

A Necessidade de Simplificar Projetos

As complexidades significativas de colocar um projeto como esse no mercado foram uma grande desvantagem. O projeto foi adiado por longos períodos de revisão metodológica e institucional. Então, os fundos foram atrasados por complexas negociações comerciais e procedimentos de desembolso. Após quase cinco anos de oficinas, análises legais e treinamentos, esses atrasos foram a gota d'água para muitos membros da comunidade, que perderam a confiança no projeto.

A Necessidade de Fluxos Financeiros Diversificados

Nos últimos anos, novos projetos de desmatamento evitado combinam compensação com acordos de absorção de longo prazo para produtos colhidos de forma sustentável, muitas vezes em combinação com programas de certificação como a Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO). Esses esforços multifacetados de “financiamento combinado” podem ajudar a garantir fluxos de renda de produtos florestais não madeireiros e outros produtos colhidos de forma sustentável, aumentando os benefícios para os membros da comunidade e dando aos projetos uma proteção contra o fracasso de qualquer estratégia de financiamento.

¹ RAISG. 2015. *Desmatamento na Amazônia (1970-2013)*. RAISG. https://www.amazoniasocioambiental.org/wpcontent/uploads/2017/01/Deforestation_in_the_Amazonia1970-2013.pdf.

² Griscom, Bronson W., Justin Adams, Peter W. Ellis, Richard A. Houghton, Guy Lomax, Daniela A. Miteva, William H. Schlesinger et ai. "Soluções climáticas naturais". *Anais da Academia Nacional de Ciências* 114, nº. 44 (2017): 11645-11650.

³ ZWICK, Steve. 15 de dezembro de 2015. "REDD+ no Acordo de Paris: um resumo." *Ecosystem Marketplace*. https://www.forest-trends.org/ecosystem_marketplace/redd-in-the-paris-climate-agreement-a-summary/.

⁴ Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. 2011. *Descrição do Projeto Suruí Projeto Florestal de Carbono*. Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. https://s3.amazonaws.com/CCBA/Projects/Suruí_Forest_Carbon_project/PCFS_PDD_English_2011-10-17.pdf.

⁵ "Calculadora de Equivalência de Gases de Efeito Estufa", Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, acessada em outubro de 2018 em: <https://www.epa.gov/energy/greenhouse-gas-equivalencies-calculator>.

⁶ "Acordo de Paris", data de conclusão: 12 de dezembro de 2015, Série de Tratados das Nações Unidas Online, registro nº I-54113, <https://treaties.un.org/pages/AdvanceSearch.aspx?tab=UNTS&clang=en>.

⁷ Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, *Relatório Especial sobre o Aquecimento Global de 1,5 °C* (2018), http://report.ipcc.ch/sr15/pdf/sr15_spm_final.pdf.

⁸ Griscom, Bronson W., Justin Adams, Peter W. Ellis, Richard A. Houghton, Guy Lomax, Daniela A. Miteva, William H. Schlesinger et ai. "Soluções climáticas naturais." *Anais da Academia Nacional de Ciências* 114, nº. 44 (2017): 11645-11650.

⁹ "Acordo de Paris", data de conclusão: 12 de dezembro de 2015, Série de Tratados das Nações Unidas Online, registro nº I-54113, <https://treaties.un.org/pages/AdvanceSearch.aspx?tab=UNTS&clang=en>.

¹⁰ ZWICK, Steve. 21 de setembro de 2018. "REDD Dawn: The 60-Year Evolution of Forest Carbon." *Ecosystem*

Marketplace https://www.forest-trends.org/ecosystem_marketplace/redd-dawn/ .

¹¹ ZWICK, Steve. (2011-2013). Entrevistas pessoais com Itabira Suruí, Almir Suruí, Henrique Suruí e outros anciãos por um trabalho inédito ainda em andamento.

¹² Ibid

¹³ Ibid

¹⁴ Ibid

¹⁵ O pesquisador Jean Chiappino estimou uma população muito menor na época do Primeiro Contato, enquanto Paiter os anciãos afirmam que a primeira onda da doença foi tão virulenta que milhares de vítimas foram deixadas para apodrecer na floresta e desapareceram.

¹⁶ ZWICK, Steve. 18 de setembro de 2013. "Almir Suruí: Perseverança sob Pressão." *Ecosystem Marketplace*. <http://www.ecosystemmarketplace.com/articles/almir-suru-i-perseverance-under-pressure/>.

¹⁷ Schwartzman, S. 1986. "Banco Mundial detém fundos para projeto de desenvolvimento no Brasil." *Sobrevivência Cultural Revista Trimestral*. <https://www.culturalsurvival.org/publications/cultural-survivalquarterly/world-bank-holds-funds-development-project-brazil> .

¹⁸ Pedlowski, MA 1997. "Uma parceria emergente no desenvolvimento econômico regional: Organizações Governamentais (ONGs), Estado Local e Banco Mundial. Um Estudo de Caso de Planaflo, Rondônia, Brasil" [Dissertação de Doutorado]. <https://vtechworks.lib.vt.edu/handle/10919/30562> .

¹⁹ Conselho Indigenista Missionário. 19 de agosto de 2014. "Economia verde: o capitalismo em sua fase surreal (Capitalismo Global em sua Fase Surreal)." CIMI. <http://www.cimi.org.br/2014/08/36324/> .

²⁰ Suruí, AM, Cardozo, I. B, e Salgado, C. 2009. "Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro." Equipe de Conservação da Amazônia. http://www.aquaverde.org/wpcontent/uploads/50_years_plan_Suru-i-en.pdf .

²¹ Tecnicamente, a ECAM fazia parte da Equipe de Conservação da Amazônia.

²² Chamado de "Padrão de Carbono Voluntário" na época.

²³ Ávila, T. 2009. "Projeto Carbono Suruí: Consentimento Prévio Informado e os Paiter-Suruí." ACT-Brasil.

²⁴ Site do SimAmazonia: <https://csr.ufmg.br/simamazonia/>

²⁵ Vitel, Claudia & Carrero, Gabriel & Colini Cenamo, Mariano & Leroy, Maya & De Alencastro Graça, PAULO MAURICIO e Fearnside, Philip. (2013). Modelagem de Mudança de Uso da Terra em uma Reserva Indígena Brasileira: Construção de um Cenário de Referência para o Projeto REDD Suruí. *Ecologia humana*. 41. 10.1007/s10745-013-9613-9.

²⁶ ZWICK, Steve. 10 de setembro de 2013. "Gigante Brasileira de Cosméticos Compra Primeiros Créditos de REDD Indígena." *Ecosystem Marketplace*. https://www.forest-trends.org/ecosystem_marketplace/braziliancosmetics-giant-buys-br-first-indigenous-redd-credits/

²⁷ Hamrick, Kelley. 18 de junho de 2014. "Bioflica: Futebol ilumina as florestas do Brasil" *Ecosystem Marketplace* https://www.forest-trends.org/ecosystem_marketplace/bioflica-futebolshines-light-brazils-forests/ .

²⁸ Maisonnave, F. "Dinheiro no ar", Folha de S. Paulo. 201. Acessado em outubro de 2018 em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial2/234216-dinheiro-no-ar.shtml#> = . Também baseado em várias entrevistas com membros Paiter, incluindo Anine Suruí, Itabira Suruí e Almir Suruí.

²⁹ ZWICK, Steve. 12 de novembro de 2012. "Rastreamento de guardas florestais indígenas, documento de extração ilegal de madeira protegida Território." *Ecosystem Marketplace*. https://www.foresttrends.org/ecosystem_marketplace/indigenous-rangers-track-document-br-illegal-logging-onprotected-territory/ .

-
- ³⁰ Lang, C. 23 de outubro de 2015. "Entrevista com Cleber Buzatto, CIMI." *REDD-Monitor*. <https://redd-monitor.org/2015/10/23/entrevista-com-cleber-buzatto-cimi-o-mecanismo-redd-nao-e-uma-solucao-para-os-problemas-climaticos-independientemente-da-cor-de-dinheiro-e-fontes-de-financiamento/> .
- ³¹ ZWICK, Steve. 15 de janeiro de 2015. "Paiteer-Suruí faz balanço do Fundo Comunitário Encarregado de Gerir Finanças." *Ecosystem Marketplace*. https://www.foresttrends.org/ecosystem_marketplace/Paiteer-surui-take-stock-community-fund-charged-managingfinances-2/ .
- ³² Bonilha, P. 24 de setembro de 2015. "Pra que projetos que destroem a vida?" *Porantim*. http://www.cimi.org.br/pub/Porantim%20368%20-%20para%20SITE_1.pdf .
- ³³ ZWICK, Steve. 27 de fevereiro de 2015. "Suruí Esquema Gestão de Fundos de Carbono para Projetos Comunitários." *Ecosystem Marketplace*. https://www.forest-trends.org/ecosystem_marketplace/surui-outlinemanagement-carbon-funds-community-projects/ .
- ³⁴ ZWICK, Steve. 9 de março de 2015. "Coalizão de 600 defende Paiteer-Suruí, questiona relatórios de críticos." *Ecosystem Marketplace*. https://www.forest-trends.org/ecosystem_marketplace/coalition-of-600-defens-Paiteer-surui-questions-reporting-of-critics/ .
- ³⁵ Aqui está uma lista de ações policiais conhecidas:
- Funai. 20 de agosto de 2015. "Funai e Polícia Militar Ambiental realizam ação de fiscalização na Terra Indígena Sete de Setembro e entorno." Funai. <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3397-funai-e-policia-militar-ambientalrealizamacao-de-fiscalizacao-na-terra-indigena-sete-de-setembro-e-ambiente> .
 - Funai. 2 de outubro de 2015. "Operação conjunta da Funai, Ibama, Polícia Militar e Polícia Federal desativa a serraria no interior da Terra Indígena Roosevelt." Funai. <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3461-operacao-conjunta-da-funai-ibama-policiamilitar-e-policia-federal-desativa-serraria-no-interior-da-terra-indigena-rooseveltem-rondonia> .
 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 05 de abril de 2016. "Ibama identifica fraude em Planos de Manejo Florestal em Rondônia e aplica R\$ 8 milhões em multa." Ministério do Meio Ambiente. <http://www.ibama.gov.br/noticias/58-2016/168-ibama-identificafraude-em-planos-de-manejo-florestal-emrondonia-e-aplica-r-8-milhoes-em-multa> .
 - Povos Indígenas no Brasil. 19 de dezembro de 2016. "Exploração ilegal de diamantes se expande em RO." FSP, Ciência, p. B6. <https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=173176> .
 - Globo. 21 de dezembro de 2016. "Ibama flagra exploração de diamantes e madeira em terras indígenas em MT." Globo Mato Grosso. <http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/12/ibama-flagraexploracao-de-diamantes-e-madeira-em-terras-indigenas-em-mt.html> .
 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 22 de setembro de 2017. "Ibama e PF embargam 18 serrarias na divisa de MT e RO." Ministério do Meio Ambiente. <http://www.ibama.gov.br/noticias/422-2017/1198-ibama-e-pf-embargam-18-serrarias-na-divisade-mt-e-ro> .
- ³⁶ Maisonnave, F. 27 de setembro de 2017. "Como os diamantes e uma rixa amarga levaram à destruição de um reserva amazônica." *O guardião*. <https://www.theguardian.com/environment/2017/sep/27/howdiamonds-and-a-bitter-feud-led-to-the-destruction-of-an-amazon-reserve>
- ³⁷ Nathanson, M. 11 de Setembro de 2018. "O primeiro projeto de compensação de carbono indígena do mundo foi suspenso devido a mineração ilegal". *Mongabay*. <https://news.mongabay.com/2018/09/worlds-first-indigenous-reddprogram-ended-due-to-illegal-mining/>